**Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 83, nº 7-12, julho-dezembro/1965, pp. 207-227**

# RAÍZES HISTÓRICAS, HUMANÍSTICAS E CIENTÍFICAS DA UNIDADE ESPIRITUAL DO MUNDO PORTUGUÊS (*)

AMÉRICO CORTES PINTO

De todos os pontos da Rosa dos Ventos, aquela Rosa dos Ventos com que o Infante Marinheiro traçou na falésia marítima de Sagres as linhas de rumo para as caravelas e para as almas ansiosas dos navegadores, acodem hoje a Portugal portugueses chegados de todo o vasto mundo. Em sentido inverso vieram sulcando as vias marítimas que pela vez primeira seus antepassados traçaram sobre o dorso prateado das águas.

Este Congresso das Comunidades Portuguesas do Mundo é bem uma grande reunião de lusíadas que de toda a parte regressaram ao grande Cais da primeira partida. Aqui aportaram a pisar o chão sagrado da Pátria para desta forma colherem da Terra Mãe o fluido vibratilizador das origens telúricas da vida. E para se darem as mãos em familiar convívio de almas, ao calor da lareira patriarcal onde reverbera em constelações de estrelas o frémito inextinguível da alma lusíada.

Para bem podermos avaliar do que há de constante e de profundo na comunicação espiritual da Lusitanidade que atrai e mantém coesas todas as almas do vasto espaço ecuménico do Mundo Português; para podermos compreender esta força que, ultrapassando os mares, conserva longinquamente aglutinadas as raças estranhas que em outros continentes assimilaram a nossa etnia e com elas fundiram as civilizações que representavam, necessário se torna procurar colher de entre as brumas da história os escuarecimentos que hão-de explicar e fortalecer as luzes da nossa Fé para garantia da continuidade do nosso futuro lusíada.

Nada existe de grande no presente que não tenha as suas raízes no passado.

---

(*) Comunicação apresentada ao I Congresso das Comunidades Portuguesas.

Porque só depois de legitimadas através do tempo se tornam sensíveis aos olhos e ao espírito dos vindouros os resultados da confirmação carismática das virtudes e aptidões comunitárias dum Povo para tomar lugar imarcessível na História da Humanidade.

Estrelas sem constelações são apenas luminosidades fugazes, fogos de artifício que atravessam o horizonte para se afogarem novamente na chateza obscura da noite, sem persistirem para além do seu efémero deslumbramento.

Mas as radiações espirituais que agregam as almas dos povos no subconsciente fecundo das etnias vibratilizadas pelo espírito, essas produzem de facto constelações que se fixam, como os sistemas de estrelas no firmamento, mercê da perenidade estática do seu próprio dinamismo, nos ritmos cósmicos das mecânicas celestes. E reproduzindo-os na vida social, integram-se como eles na própria Eternidade.

Assim é o Mundo Português na constelação das terras lusíadas de todos os continentes.

Eternidade relativa — porque circunscrita apenas à vida da criação e ao conceito humano do tempo — é dentro desta relatividade que Portugal se afirma desde a sua origem, até mesmo, diríamos, desde a sua pré-história, e mais intensamente depois da epopeia gloriosa dos descobrimentos, como sendo em todo o espaço ecuménico, a unidade antropogeográfica mais nuclearmente provida daquele poder de radiação que constitui o centro energético das estrelas.

Se lançarmos os olhos por toda a superfície habitada deste mundo cujos mares mais do que ninguém devassámos, cujas terras mais do que ninguém fizemos surgir da misteriosa incógnita das águas e dos medos, cujos continentes percorremos como primeiros pioneiros da fraternidade humana, veremos que de entre todas as nações da Europa — Mater e farol da civilização — é esta não só a mais antiga das metrópoles a constituirse na sua forma definitiva, mas ainda, nas comunicações transoceânicas e internacionais, a mais fecundadora do espírito da latinidade nos continentes não europeus.

Da análise da história social ultramarina portuguesa transcende a consciência da nossa grandeza e a fé inabalável no futuro, para além desta corrompida actualidade internacional que se destina a constituir apenas uma página degradante do passado na história geral da Civilização do Mundo.

E como toda a história envolve um juízo crítico de valores, e sem a coordenação dos factos no tempo e no espaço geopolítico não têm significado exacto os acontecimentos isolados nas histórias nacionais, fatalmente nos veremos obrigados a ocupar-nos das relatividades internacionais coetâneas com a vida de Portugal nos continentes por onde a sua alma se encontra repartida.

É o que faremos no prosseguimento deste pequeno trabalho que pela sua feição de análise histórica se poderá considerar de mera natureza introdutória neste 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas dispersas pelo Mundo.

## MISSÃO PENINSULAR

Diríamos que por determinação superior da Providência fora destinada à Península Hispânica a incumbência de ser a reveladora e civilizadora dos Mundos ignotos. E que o próprio Deus, por intermédio do Seu representante na Terra, havia revelado o Seu intento quando, no esplendor auroreal do Renascimento, em 1493, o Sumo Pontífice firmou com o selo papal a bula que precedendo o Tratado de Tordesilhas, dividia pelos reinos da Península os descobrimentos e a evangelização das terras desconhecidas.

Todos sabemos como desses reinos do Ocidente fôra Portugal — o mais ocidental de todos — aquele que mais inicialmente e eficazmente preparara, com a primitiva escola de Sagres e sob o signo da Cruz de Cristo, a epopeia de todos os descobrimentos que as frotas hispânicas realizaram.

Das suas iniciativas partiram todas as ocupações de novas terras pelos outros povos da Europa.

## CONCEITO LUSO-HISPÂNICO E SISTEMA BRITÂNICO DE COLONIZAÇÃO

E agora vejamos: — Porque é que só onde Portugal e a Espanha lançaram as sementes da civilização ocidental fixando-se em comunidades de ordem administrativa, *e só ai*, se estabeleceu um contacto humano com os povos aborígenes, traduzido não apenas por uma coexistência mais ou menos pacífica de ordem geográfica, mas sobretudo por um convívio sentimental e apostólico? Porque é que só entre nós o índola, tanto no trabalho como no convívio, foi considerado como *filho de Deus*? Porque é que seguidamente e em contraposição connosco, os subsequentes ocupadores, baseavam pelo contráiro a sua fixação na repulsa e antagonismo com os índolas apenas tolerados como animais de produção?

É porque em boa verdade, como semeadores do evangelho, só nós levávamos na alma um sentimento de predestinação que não abandonava a consciência dos emigrados nem mesmo na faina ambiciosa dos proveitos materiais.

Bastará lançarmos os olhos sobre o último continente — *a quarta parte nova* desvendada ao pasmo do Mundo por obra e graça da escola cosmográfica de Sagres — e compararmos o norte com o sul, para verificarmos como foi diferente esse convívio estabelecido pelos povos peninsulares, traduzido pela interpenetração afectiva dos seres, dos usos e costumes, e pela assimilação moral e religiosa que só uma fraternidade humana, de natureza missionária, pode explicar.

*Dela surgiu nas actuais nações latinas um acoplamento de caracteres etnográficos que em muitas nações autónomas atesta a continuidade racial dos povos nativos que as chefiam.*

## A LEGENDA NEGRA E A PROVA ETNOGRÁFICA

Todos nós sabemos como de longa data se tem pretendido ocultar e denegrir toda esta imensa obra de civilização (e mais intensamente ainda no que se refere aos colonizadores espanhóis) encobrindo o nosso glorioso esplendor por detrás de uma cortina de fumo, quando não procurando soterrá-la sob pesada e negra cobertura de ferro forjado. — Forjaram-na os altos fornos das nações plutocratas que substituíram inteiramente pela exploração económica a fraternidade racial; à compita com os baixos fornos das conspirações subterrâneas a quem ocultamente dão as mãos, na tão demonstrada incapacidade de visionarem o futuro através da cupidez do presente.

Concedemos que o convívio dos pioneiros espanhóis fosse menos sentimental do que o dos portugueses. Menos familiar a relação entre a *casa grande* a *senzala*. Isto porque a sensibilidade portuguesa, excepção feita para o seu fervor patriótico, é de índole menos ardente mas mais afectiva, mais emotiva. E sendo ambas de igual generosidade e espírito de sacrifício, é a portuguesa menos subjugável a um protocolo de disciplina convencional no que respeita às diferenciações de linhagem nas íntimas relações humanas.

Entretanto são ambas elas igualmente dedicadas nos grandes sentimentos da fraternidade cristã.

Para invalidarmos essa legenda tenebrosa dum domínio de crueldades bastará sobrepor ao mapa político o mapa etnográfico, e por transparência, lançar um golpe de vista à procura de como e onde se distribuem as raças ameríndias para norte e para sul da fronteira setentrional do México.

São bem salientes na compleição e expressionismo das máscaras, nos índices crânio-faciais, na cor da pele, na forma e cor dos cabelos e nos demais atributos etnomórficos, as características dos aborígenes do Novo Mundo.

E não será necessário ser-se antropologista para verificar o contraste flagrante que se denuncia entre as espécies nórdicas e os das nações do Centro e do Sul. Persistem nas Américas latinas os caracteres etnológicos, ou puros ou dominantes, dos primitivos povoadores. E isto nos certifica da persistência de tipos originários ou dos acoplamentos de raças que intimamente se conjugaram, fazendo transitar os sangues indígenas em continuidade racial, da pré-história para a história, em íntima fusão dos primitivos habitantes com os pioneiros do ocidente. Em oposição completa, para o norte do México tudo se passa em absoluto contraste — *ali só existem os tipos europeus puros*. Nada de cruzamentos.

Ocupados os Estados Unidos por povos não peninsulares nem latinos, em vão se procurará o ameríndio nativo, totalmente exterminado, com excepção de pequenas reservas museológicas estabelecidas por forma idêntica às reservas zoológicas dos outros países, num sentido não humano mas de simples folclore.

Enquanto em Portugal até os negros eram agraciados com títulos nobiliárquicos, ocupando por vezes altos postos na vida administrativa, inclusivamente o de Governador de Província como o célebre Honório Barreto — na América do Norte enquanto se acusam os portugueses com inventadas mentiras, açulam-se de verdade os cães aos estudantes de cor, impede se a sua entrada nas Universidades, vigora a Sociedade do Klu-Klux-Klan, praticam-se os actos que uma lei permitiu e, embora derrogada, permanece ainda nos costumes, enriquecendo as línguas com o verbo etimològicamente americano — *linchar*. E quando os governantes intervêm fazem-no por expediente eleitoral, que não por sentimento cristão.

A prova da persistência da continuidade racial dos aborígenes abaixo da fronteira do México, e da inexistência de tipos cruzados para o Norte, evidenciada pelo confronto dos mapas etnográficos, ao passo que nos elucida sobre a natureza tendenciosa da legenda negra em relação às Américas Latinas, revela-nos como a verdade da legenda existe sim, mas invertida pelos ocupadores não latinos do novo e do velho continente, graças aos genocídios sistemáticos da América do Norte e da Austrália.

Foi assim que a ocupação inglesa conseguiu o que o Prof. ALBERT DEMANGEON põe estranhamente em evidência: que o arquipélago australiano quase antípoda da Inglaterra fosse «*depois da Grã-Bretanha o país mais britânico do Mundo!*»

Na Tasmânia sobretudo, nem sequer o sentimento museológico impediu que a eliminação prosseguisse até ao último representante da Raça.

Conta-nos JORGE MONTANDON, em *La Race et Les Races*, ed. de 1935, que a população foi exterminada pelos britânicos logo a seguir à ocupação. E explica-nos a maneira desportiva como o conseguiram: *Os colonos não gostavam dos nativos.* «*Partiam à caça deles; e aos domingos caçavam tasmânios como quem caça coelhos*».

O último exemplar daquela desditosa raça foi uma mulher, em 1877. Porém a população podia considerar-se extinta desde 1835. Como se vê tudo se passa em meados do século passado, o Século das Luzes, a centúrias de distância das benignas ocupações portuguesas.

E mais pròximamente ainda, já em nossos dias, a exterminação dos índios se fazia de tal maneira na pátria do Sr. MEN WILLIAMS, que ainda em 1912 o PAPA PIO X se via compelido a fazer na *Acta Apostólica Sedes* o protesto da Santa Sé contra a matança dos índios «*aos centos e aos milhares que excediam os últimos limites da dureza pagã*» (1).

A bárbara atitude passada e o ostensivo desprezo deste século tem o seu

(1) Ver CONSTANTINO BAYLE, in *España en las Indias*.

reverso na actual imolação dos brancos das terras abandonadas, propiciadoramente sacrificados em holocausto ao racismo dos canibais por aquelas mesmas nações que agora fomentam a hecatombe dos europeus num ofertório de pecados brancos em desconto dos pecados negros!

Depois disto, uma conclusão imediata havemos de tirar: — Se a par da solidariedade da alma dos portugueses pretos com a dos portugueses brancos (tão irrefutàvelmente demonstrada pelo sacrificial patriotismo dos chefes e súbditos das grandes massas tribais na prova difícil da guerra que nos movem do exterior) existem casos mais ou menos esporádicos de lamentações, de agravos e mesmo de rancores; se havemos de lamentar as razões que para tal possam existir, também, embora pareça parodoxal, de tais atitudes haverá que se orgulhar o Espírito da Nação!

É que os casos pessoais ou parcelares são inevitáveis e em bem maior número em todas as nações, ainda nas que não são habitadas por povos mistos. Muito pelo contrário, mesmo no seio dos povos brancos da melhor unidade originária, e mesmo para além dos casos individuais, se degladiam em ódio de morte consideráveis massas de diversos partidos que por vezes deflagram em assassinatos, bárbaras perseguições e revinditas.

Em qualquer caso, se tais insatisfações existem entre os autóctones de Portugal em África, tal como existem entre os nacionais de qualquer país europeu, isso demonstra que nas nossas províncias de além-mar *ainda os nativos existem*, e têm possibilidades de protesto. O que na verdade não pode acontecer entre os povos de origem britânica da América e da Oceania, pela simples razão de que, previdentemente, *deixaram de existir*.

O que é verdadeiramente significativo é que no vasto mundo ecuménico da Portugalidade (na límpida e sugestiva expressão que Hipólito Raposo pela primeira vez criou) seja necessário ir buscar às tribos não portuguesas e mais barbarizadas, o inconsciente material humano com que organizar os ataques a Portugal. Ataques movidos e pagos pelos capitalistas estrangeiros da FORD, da FIRESTONE e demais empresas, sob o aplauso político e auxílio material dos Estados, que em inconsciente cegueira se vão aliando ao comunismo internacional!

Se tudo isto é de considerar em relação aos povos peninsulares, é entretanto indubitável que o caso português entre todos avulta pela radicação do sentimento afectivo, numa Pátria comum a povos multiraciais fundidos na mesma etnia unificadora.

## A PLASTICIDADE CARACTERÍSTICA DO COLONIZADOR PORTUGUÊS

Como síntese magnífica do humanismo cristão dominante na ocupação portuguesa, rever-nos-emos nas palavras de GILBERTO FREIRE, ao afirmar que «o

povo português foi o mais cristão dos colonizadores modernos, nas suas relações com as gentes consideradas inferiores; o mais debordante de simpatia».

É por isso que, apesar da sua independência política absoluta, o Portugal da Quarta Parte Nova mantém nas Terras de Vera Cruz a sua identidade espiritual com a Pátria Mater, como fruto natural das sólidas raízes luso-ameríndias estabelecidas pelo convívio dos descobridores, e pela miscigenação, não apenas animal mas humanamente afectiva, logo realizada aos primeiros contactos.

Pondo de lado as inevitáveis durezas das ilíadas homéricas da conquista — muitas vezes impostas pelas circunstâncias ao que havia de idealismo nas odisseias tantas vezes trágico-marítimas dos descobrimentos — só pelo conhecimento da psicologia e da cultura moral se pode compreender a existência deste sentimento de portugalidade, que fez de Portugal a mais civilizadora de quantas nações receberam a inspiração evangélica.

Para compreendermos a virtualidade dessa força de raízes históricas eminentemente morais em meio da presente decadência espiritual das nações, que no exagerado culto do progresso material apenas encontraram a forma de substituir um clima selvagem por uma civilização bárbara, teremos de colher do exame histórico da expansão portuguesa no Mundo as seguintes causas:

1.ª — Simpatia humana presidindo a todas as relações.
2.ª — Miscigenação de sentido moral, familiar.
3.ª — Comunicação cultural e assistencial.
4.ª — Sentimento de amor e orgulho pela Pátria.

Foi este conjunto de actividades dirigidas pela vocação missionária dos portugueses que eu designei com a divisa do Infante, cujo espírito e génio tutelar pairou, com a Cruz de Cristo, sobre toda a epopeia dos descobrimentos: — *TALENT DE BIEN FAIRE*. E com essa divisa intitulei o livro onde mais longamente faço a exposição da obra de amor, assistência e cultura realizada pelos portugueses da ocupação.

Não quereria que se dissesse que apenas vejo o aspecto louvável da acção ultramarina dos portugueses. Quero porém afirmar que o juízo da história não pode ser dominantemente anedótico, desviando-se dos caminhos directos que nos trouxeram à posição de superioridade moral que merecidamente assumimos, para viciosamente nos arredarmos pelos meandros das generalizações pessimistas em que sàdicamente se comprazem as almas derrotistas.

Sombras de negrume? É evidente que não pretendemos estar isentos de erros. As sociedades não são constituídas por assembleias de Santos. Todas elas são compostas por bom e mau. Toda a vida e por toda a parte houve preva-

ricações: — o poderoso que exerce violências sobre os fracos, e o vilão com a vara na mão; o bem feitor evangélico e a perfídia do ingrato; o Pai sacrificado e o teórico da bondade, que à maneira de Rousseau enjeita os filhos no anonimato da roda dos expostos. A vida dos próprios Santos não é isenta de pecados.

O que é pecado, relapso e perrtinaz, nos domínios da História e da Sociologia, é esconder ou menosprezar os grandes feitos dignificadores dos homens e das nações sob o negrume dos episódios degradantes, quando acontece que na verdade foram os primeiros que constituíram o grande edifício moral que tais episódios não conseguiram senão fugazmente macular.

O que importa na grande visão panorâmica da vida são as grandes sínteses e não os pequenos factos repudiados e sem continuidade. Ora na verdade as grandes dominantes da acção portuguesa foram a orientação moral e a elevação do gentio à dignidade da pessoa humana, sem nos deixarmos ofuscar pelo esplendor do oiro das empresas financeiras que assentam sobre a exploração dos oprimidos.

Também não necessita a feição missionária da grande obra humanista da acção portuguesa que nos esqueçamos das páginas acerbas de censura dos nossos cronistas. Elas nos honram mais do que nos deprimem.

Sentiam-se os autores das *Décadas da Ásia*, bem como os demais historiadores dos fastos do Oriente e também os poetas, superiormente investidos dum grave magistério moral. Não importava apenas, para entrar na glória, ser valoroso na batalha, dispondo-se a fazer holocausto da vida na defesa da Pátria. Importava que se fosse grande soldado na guerra; mas não importava menos que se fosse depois disso grande soldado nas milícias evangélicas da Paz. E as invectivas sobre os que prevaricavam eram agravadas pelo zelo da virtuosa censura.

O historiador PANDURONGA PISSURLENCAR, director do *Arquivo Histórico da Índia*, hindu por religião e português por etnia, que em sua missão de estudioso percorreu arquivos inexplorados de diversos antigos reinos da Índia, pôde certificar-nos do exagero dos nossos cronistas intransigentemente empenhados em que o esplendor épico dos propagadores do Império não fosse poluído pela fraqueza moral dos que esqueciam o dever de propagadores da Fé.

Os novos conhecimentos históricos documentais põem em foco a discordância entre as fontes originais dos processos e inquéritos intransigentemente conduzidos e as narrativas transmitidas de boca em boca e sempre agravadas pela indignação e pela distância no espaço e no tempo. E o conhecimento dessas discordâncias, tendo diminuído a gravidade ou a frequência dos factos, serve mais para certificar o zelo moralizador dos nossos mentores intelectuais do que a importância das infracções ou dos crimes por eles verberados.

Se dos séculos passados quisermos aquilatar pelas suas consequências no futuro, procuremos os testemunhos insuspeitos dos indianos da actualidade, colhidos individualmente e representativamente, já nas vésperas do latrocínio imperialista realizado por NERU, de conúbio com a inconcebível traição das nações europeias mazoquisticamente dominadas pelo látego dos afro-asiáticos.

Desses testemunhos de Reis, Príncipes e Titulares indus, de Prelados e Sacerdotes de mazanias e comunidades de todas as religiões, industânicas, maometanas, parses e cojás, de que nos ocupámos em *Talent de Bien Faire*, não poderemos fazer aqui mais do que esta breve referência, na limitação inevitável duma simples comunicação.

## PROTECÇÃO AOS NATIVOS

Por outro lado jamais o Governo deixava de zelar pela protecção dos nativos com devassas e julgamentos onde quer que houvesse notícia de um abuso ou prepotência exercida sobre os autóctones. Os diplomas legislativos — Cartas Régias, Provisões e Alvarás — de protecção aos naturais multiplicam-se logo a partir de 1512. Instituiu-se uma nova função, mais do que todas de aspecto profundamente significativo de simpatia e afectividade humana, com o nome oficial de «*Pai dos Cristãos*», a cujo titular incumbia colher informações e intervir em juízo, depois de visitar os queixosos e encarcerados para verificar se havia injustiça ou prepotência realizada pelos reinois.

A protecção aliás abrangia igualmente os que não haviam abraçado o cristianismo e em toda a parte beneficiavam, como se cristãos fossem, da assistência largamente realizada em hospitais e outras organizações de misericórdia.

Por outro lado as instituições tradicionais ou consuetudinárias eram cuidadosamente respeitadas e muitas vezes integradas na legislação civil que se ia promulgando, estabelecendo-se, logo desde ALBUQUERQUE, a cooperação administrativa com funcionários índios e europeus, escolhendo-se índios e maometanos para os mais altos lugares. Assim foi nomeado por D. MANUEL e depois confirmado por D. JOÃO III, o brâmane CRISNÁ para Tanadar-Mor, Patrão do Porto de Goa, Corretor dos cavalos da Índia, Pérsia e Arábia (serviço em que se ocupavam mais de 300 empregados) e ainda Capitão das tropas indígenas. Sinai Cothari é nomeado Corretor-Mor da Alfândega. O muçulmano ISMAEL KAN era capitão-de-mar-e-guerra no Vice-Reinado do MARQUÊS DE TÁVORA...

Assim é que as populações iam sendo verdadeiramente incorporadas nas comunidades portuguesas sem o menor preconceito racial. O mesmo se passava no Brasil com os mestiços. Ao verificar este respeito pelas pessoas e pelas instituições, no que nelas havia de aproveitável, mesmo entre as culturas in-

cipientes como a dos índios do Brasil, bem compreenderemos as palavras do sociólogo brasileiro ALMERINDO DE ANDRADE:

> «*Os resultados desse encontro da cultura amerindia com um colonizador tão plástico e tão aberto a toda a sorte de influências, foram os mais inesperados e inéditos na história das colonizações europeias.*»

Tudo isto se integrava com o grande movimento da virtude posta em acto que se comunicou como ideal de vida meritória e transmitiu fervor missionário a toda a grei portuguesa, essa grei tão fortemente solidária em que os fidalgos, os burgueses e o povo viviam em profunda comunhão espiritual.

## INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA

De todo este fervor no *talent de bien faire*, dão exemplos as grandes instituições de assistência criadas por todo o Ultramar.

E como o verbo, que já é pensamento em acto, precede todas as grandes acções, já no nosso trabalho sobre «*Dona Leonor e as Misericórdias na expansão ultramarina*» procuramos demonstrar o papel preponderante que tiveram na grande obra de criação e persistência do mundo português os teóricos da caridade na progénie de D. JOÃO I, a partir do «*Leal Conselheiro*» de D. DUARTE e da «*Virtuosa Benfeitoria*» do Regente, até à obra da grande animadora da virtude em acção que foi a extraordinária Rainha DONA LEONOR. Ali fizemos mais larga exposição do clima literário donde surgiu a pulcritude moral da dinastia de Aviz.

O grande exercício das virtudes misericordiosas, tanto nas obras espirituais como nas práticas temporais, embora feito sem segundo sentido, haviam preparado a assimilação por simpatia e reconhecimento dos povos exóticos.

As Misericórdias representavam não apenas a realização comunitária e metódica das grandes virtudes do amor e fraternidade, mas ainda, por forma socialmente produtiva, a organização económica e administrativa indispensável à sua eficiência e continuidade institucional.

«Era de tal forma eminentemente nacional o grande plano de acção dos Compromissos das Misericórdias, que ele se foi alargando pelo Mundo fora à medida que a expansão da Fé e do Império se ia estendendo para além dos mares em todos os continentes». Diz-nos LYCURGO DOS SANTOS FILHO na sua «*História da Medicina do Brasil*» que havia Misericórdias em todas as vilas importantes da Nação e que todas elas tinham um hospital ou um recolhimento de órfãs ou parturientes, ou mais do que uma destas e outras instituições.

O mesmo sucedia por todo o Oriente.

Não podemos neste breve epítome dar ao assunto a extensão que lhe demos naquele trabalho e no «*Talent de Bien Faire*» mostrando o valor que chegaram a ter as transferências bancárias feitas gratuitamente em benefício dos portugueses espalhados por todos os domínios do Oriente, desde a África ao Japão, na Arábia, na Pérsia, no Grão Mogol, por toda a Índia, em Ceilão, na Indochina, na China, na Indonésia, com cerca de 60 instituições em número entre Misericórdias e Hospitais, em que eram tratados par a par, gratuitamente, sem qualquer distinção, os indígenas de qualquer cor ou religião que necessitassem de ser recolhidos ou de utilizar as consultas externas. Acresciam numerosos Colégios de Órfãos e Hospícios de que neste momento não podemos dar a lista que nesse trabalho se incluiu.

No Brasil as Misericórdias de que temos conhecimento ultrapassam o número de 300!

Por tudo quanto expusemos naquele nosso trabalho pudemos estabelecer esta conclusão III:

As instituições das Misericórdias e o espírito de humanidade *que elas criaram teve na fixação dos portugueses pelos dois hemisférios um valor superior ao de todas as negociações e tratados diplomáticos. Neste valor reside o aparente mistério da perdurabilidade do sentido de uma Pátria comum, em povos de raças tão diferentes espalhados por tão distantes regiões do Universo.*

## ASPECTO CIENTÍFICO E MORAL DA MISCIGENAÇÃO LUSO-NATIVA

Revelou-se a miscigenação, através dos séculos, como um factor poderosíssimo da perenidade portuguesa no Mundo.

Este índice de simpatia humana dos nossos ocupadores na Ásia, na África e na América, foi durante séculos, e até aos nossos dias, alvo da reprovação das nações que na nossa esteira cuidaram menos de civilizar de que de explorar econòmicamente o nativo, que orgulhosamente e repulsivamente desprezavam.

É que em boa verdade eles não compreendiam que a miscigenação pudesse traduzir alguma coisa que não se resumisse à forçada solução dum instinto meramente animal, completamente alheado da sensibilidade afectiva.

Seguro índice desta humanização e dignificação dos autóctones e não mero contacto estritamente sensual, era a forma por que, para além da volúpia, se realizava esta miscigenação dos portugueses a quem superiormente se recomendava que procedessem *de forma que lá nos tomassem por vizinhos* (isto é, como fazendo parte da mesma comunidade) *e não por caminhantes.*

Por isso, e antes de tudo porque era essa a tendência natural dos portu-

gueses, é que o carácter moral e o sentido afectivo e perdurável da família, foram a grande dominante social do convívio dos lusíadas com as nativas, e deram origem às grandes descendências luso-tropicais.

Típico exemplo desta disposição natural é o do fidalgo português Diogo Álvares Correia que havia de ficar célebre na história luso-brasileira com o nome gentílico de Caramuru.

Estabeleceu-se o fidalgo minhoto entre os gentios Tupinambás logo em 1510. E assentando ali a sua vida como «vizinho», no sentido social da palavra, logo adopta os seus costumes e modo de viver, e dá início à obra civilizadora que estava na vocação missionária de todos os portugueses devassadores de novas terras. Logo particularmente se interessa pela catequização do Grande Chefe, cuidando de pôr fim às práticas tribais da antropofagia, que a O. N. U. presentemente anda ressuscitando.

Triunfante no comando das tribos que lutavam com os ferozes tapuias, enamora-se de Paraguaçu, filha do chefe dos goianases, que lha oferece em prova de reconhecimento pela vitória alcançada.

Segundo SOUTHEY, na sua *«História do Brasil»* (os chefes dos selvagens a quem a poligamia era natural, consideravam-se honrados oferecendo as suas filhas ao Caramuru para que os netos trouxessem nas veias o sangue do guerreiro que em tantos combates se lhes havia afigurado como que um deus da guerra. Desta forma, e por conveniência política, não podia Diogo Álvares eximir-se ao que nem sempre lhe seria agradável. E assim conta o notável historiador inglês, o Caramuru «bem depressa viu crescer em torno de si tão numerosa progénie como a dum antigo patriarca. As melhores famílias da Baía — acrescenta ainda o mesmo historiador na sua História ainda hoje considerada como uma obra-prima — vão introncar nele a sua origem».

De qualquer forma, enquanto viveu neste regime de poligamia política por falta de evangelização catequística, foi Diogo Álvares um respeitável chefe de numerosa família. Porém logo que os missionários entram a propagar a fé e a catequizar os gentios, consagra sacramentalmente a sua ligação com Paraguaçu, convertida à fé de Cristo, dando origem com seus três filhos e um genro, agraciados por D. João III com o título de cavaleiros, às primeiras grandes famílias luso-ameríndias com as quais se inicia a nobreza social do Novo Mundo.

Destas primeiras gerações iniciadas pelos nossos pioneiros por toda a parte, à margem da bênção sacramental até por falta da assistência de quem lha ministrasse, é-nos lícito supor, como o faz GILBERTO FREIRE generalizadamente, que mesmo à margem da Igreja elas não constituíam simples aventuras físicas de libertinagem.

Por toda a parte, desde a costa aos longínquos sertões brasílicos, as ligações entre o português e as nativas tendem naturalmente, mercê da profunda sim-

patia humana e da sentimentalidade amorosa tão característica da nossa índole, para se envolver e perdurar numa atmosfera de espiritualidade familiar.

«Foi o amor pela mulher índia e pelo filho mestiço — escreve o grande sociólogo brasileiro GILBERTO FREIRE — que animou muitos dos patriarcas da colonização portuguesa do Brasil a fixarem-se na terra bruta» (*O Mundo que os Portugueses criaram*), (Vol. I, pág. 57).

Este sentimento que a par dos instintos de luxúria enternece o colonizador português isolado em longínquas paragens para além dos mares, é a exteriorização dum modo de ser afectivo de quem não suporta a vida circunscrita ao seu aspecto animal, e necessita, para viver, da vivência espiritual que lhe dá o carinho pela família.

Não sabia o pioneiro português ver um corpo de mulher, fosse ela ameríndia, afra ou asiática, sem nele sentir a existência duma alma.

É porém na Ásia que ele se encontra pela vez primeira em face dum povo cuja vida e costumes são já polidos e de certa maneira requintados por uma civilização e cultura milenárias.

A fronteira mental, que impede o nivelamento perfeito duma comunhão entre o homem civilizado e a incultura selvagem dos espíritos primitivos, deixou de existir. Nada vem dificultar um convívio realizado num plano de igualdade em que apenas se não ajustam as crenças religiosas. Mas essas, não duvida o português, iluminado pela certeza que considera infalível da superioridade da sua Fé, que indubitàvelmente as vencerá.

Já não se trata apenas de fazer muita cristandade — *ide e fazei muita cristandade* — na frase consagrada por D. SEBASTIÃO que a seis décadas de distância parafraseava as palavras de PERO VAZ DE CAMINHA na primeira carta escrita no Brasil. Com efeito já o célebre Escrivão da Armada, perante o deslumbramento dum mundo novo, se extasia com *«as infinitas almas a salvar para Deus»*. Como isto é diferente do olho ávido das nações que mais não viam do que os infinitos tesouros a transportar para os cofres!

Agora, a par do pensamento de utilizar *«as riquezas e proveitos que licitamente por bom trato nos vinham de alémmar»*, como escrevia D. Manuel, surge pela primeira vez com este Rei na política das Descobertas o pensamento de fazer além de muita cristandade, *muita portugalidade*.

E é agora que o problema da miscigenação surge pela primeira vez no Mundo, sob o aspecto consciente, moral, intelectual e científico, posto por este monarca extraordinário, que sendo talvez o mais admirável de todos os nossos estadistas, permanece desconhecido e falsificado nas imperfeitas histórias do seu reinado (V. *«Da famosa Acta da Imprimissão»*, do Autor, Cap. XI).

Foi o valor social da miscigenação posto pela primeira vez em relevo por GILBERTO FREIRE, o espírito mais criador de entre todos os sociólogos do nosso tempo.

As suas considerações restava-nos acrescentar a contribuição pessoal a que nos conduziu o estudo do pensamento e acção de D. Manuel, interpretando-os de acordo com o seu ajustamento ao plano moral e científico da genética sob o ponto de vista do hibridismo humano.

E foi o que fizemos em «*Da famosa Acta da Imprimissão*» e mais particularmente no «*Talent de Bien Faire*».

É por esta sua acção de clarividente estadista que Portugal deve ao Venturoso a manutenção da unidade espiritual dos povos das descobertas com a Mãe Pátria.

Por iniciativa do seu preclaro espírito se promovem as uniões dos portugueses com as indianas na base moral dos casamentos religiosos, o que implicava consequentemente as responsabilidades morais do reinol na organização das famílias inter-raciais com dignificação das classes nativas para a procriação e educação dos luso-descendentes.

E fá-lo com um critério moral tão sòlidamente apoiado a séculos de distância pela eugenia científica, que fazem de El-Rei, no princípio do século de quinhentos (!), o organizador da primeira experiência genética de base integralmente humana, isto é, reunindo ao aspecto biológico seminal os aspectos psico-activos e psico-afectivos e morais.

Era o pensamento de D. MANUEL completamente oposto ao da fixação pela conquista. Como ninguém, ele teve a noção realista de que Portugal, com o seu escasso milhão e meio de habitantes, não poderia manter todas as terras de além-mar sob o domínio da força. E com uma visão verdadeiramente genial resolve fundar *genèticamente* novos Portugais nos continentes longínquos. É o primeiro estadista que resolve substituir a concepção de colónias com separação e domínio de uma Raça, pela criação de províncias num Portugal ultramarino onde os habitantes, mercê da hibridação, fossem verdadeiramente naturais da terra e fundidos com a raça autóctone! Esta a política dos casamentos.

Para isso ALBUQUERQUE de tal maneira se integra no espírito do seu plano que para honrar e fazer honrar as mulheres indígenas, não hesita em condenar à morte o fidalgo Rui Dias porque atentara contra o pudor das jovens indianas que ele reservara para os casamentos com portugueses.

Mais uma vez se verifica, na esteira de LE PLAY, quanto a moral se revela percussora da ciência nos seus aspectos sociais. E o caso de que tomamos como paradigma o Caramuru, por toda a parte generalizado, produzindo o escol da sociedade brasileira moderna, mostra-nos que espontâneamente, por tendência natural do nosso espírito se procedeu no Brasil, onde não existia orgânica social civilizada, por maneira idêntica à que foi superiormente determinada em relação à Índia.

O plano eugenético de D. Manuel prossegue numa sequência perfeitamente científica, décadas depois, com o revigoramento feminino das fontes genésicas

masculinas. É D. João III quem inicia esta fase mandando educar cuidadosamente, em colégios especialmente organizados para esse fim, crianças órfãs, nobres ou plebeias, mas todas de boas famílias. Chegadas à idade núbil enviava-as El-Rei para a Índia com todas as honras e distinções, para que fossem as noivas da primeira geração daqueles luso-indianas em que se havia já verificado, tanto na paz como na guerra, a transferência das virtudes características da gente lusitana.

Por não podermos alongar neste momento a exposição da importância revelada através dos tempos pela nossa etnia tão superiormente organizada, e mais largamente exposta na obra citada, limitamo-nos a lembrar que muitos dos luso-descendentes mereceram ser distinguidos, pelo seu fervor patriótico, armados cavaleiros, agraciados com títulos, condecorações e foros de nobreza.

Foi esta nova sementeira de portugalidade que na obra já citada eu designei por revigoramento das estirpes. Dali transcrevemos o trecho seguinte: *E tanto amor D. João III dedicou a esta obra, procurando elevar de cada vez em maior dignidade a vida social da Índia, que, só no século XVI, segundo averiguou Germano Correia, passaram de oito mil as noivas que, sujeitando-se aos grandes perigos de tão longas viagens demandaram aquele pedaço da Pátria para organizarem os seus lares e criarem as gerações que haviam de formar a grande família portuguesa da Lusitânia do Oriente.* (Talant de Bien Faire, págs. 103-104).

Por outro lado, na Metrópole, como o faz notar o ilustre luso-indiano Dr. ALBERTO XAVIER, até aos nossos dias sempre os lusos-indianos ocuparam os mais altos lugares em todas as instituições nacionais.

Também no Brasil íamos colhendo os frutos desta plasticidade racial ao ver como as velhas raízes lusíadas floresciam virtualmente nos troncos milenários da velha Índia, dando origem a tão promissores frutos mestiços.

No Norte as tropas que derrotam e expulsam os invasores holandeses são comandadas pelo General Comandante de Campo Francisco Barreto, mestiço luso-brasílico. E ao lado dele, com a mesma patente de Mestres de Campo, distinguiram-se igualmente, a par do madeirense João Fernandes Vieira, um negro: Henrique Dias; um mestiço luso-ameríndio: André Vidal de Negreiros; e um pele-vermelha: D. Filipe Camarão, a quem D. João III nobilitou com esta distinção honorífica.

Claro está que nunca na África, dada a inferioridade cultural dos seus aborígenes, se poderia produzir um hibridismo racial tão numeroso, nem de idêntico valor. E isto impediu que a civilização luso-africana pudesse acompanhar em ritmo paralelo a ascensão social das outras parcelas de Portugal Ultramarino.

## A ACTUALIDADE EM ÁFRICA

Entretanto, o que se está passando actualmente em África bem demonstra que as outras nações bem pouco fizeram ao pé do muito que Portugal tem realizado. Na verdade, ao abandonarem o que foram seus domínios africanos, confiados em concepções diferentes de exploração económica, o que deixaram atrás de si a atestar o valor do que hajam feito para civilizar o negro a quem capciosamente ofereciam uma autonomia prematura?

Olhemos: — A incapacidade dos autogovernos gera por toda a parte as guerras tribais. A inferioridade selvagem dos chefes irrompe através das ténues camadas de cultura não assimilada. A antropofagia renasce. E quando por fim lá enviam as suas tropas para acudir ao fogo, elas ateiam-no em vez de o apagarem. Em meio da baralha da balburdiente e inconsciente ONU em cujos exércitos se acham representadas nações que se podem bater à compita de selvajaria com os revoltosos, as tropas da vergonhosa Sociedade das Nações, longe de assegurarem a ordem e a civilização, participam na desordem, confraternizam com os *canibais*, e são elas que sofrem a sua influência associando-se às tribos da mais garantida selvajaria.

É esta a obra de traição bélica da pretensamente pacífica Sociedade das Nações empenhada em destruir os últimos redutos da civilização ocidental representados pelas províncias portuguesas e pela África do Sul. Ao lado da ONU a Inglaterra trabalhista depois de ver gorada a económica supremacia que vê fugir-lhe das mãos, opõe-se encarniçadamente a que alguém, mesmo da sua raça, pretenda opor-se à subversão da Rodésia do Sul, no mórbido e desesperado masoquismo egoista de quem pretende que nem os filhos possam salvar as últimas migalhas dum prestígio e dum património cegamente e inùtilmente delapidado.

É esta a obra de quem não soube nunca unificar-se pela alma com as terras e populações que dominou.

E os missionários euro-americanos? Sim. É certo. Não nos esquecemos da obra missionária de algumas nações ricamente apetrechados de recursos económicos, nem negaremos o valor humano de alguns dos seus missionários. Porém, ao ver o contributo prestado por muitas das missões estrangeiras aos terroristas, educando os seus chefes revolucionários, fomentando revoltas, distribuindo caluniosos pasquins, colaborando e fornecendo armas aos seus irresponsáveis e ferozes catecúmenos, não poderemos deixar de reconhecer que em grande parte foram elas as grandes fautoras de descivilização, obedecendo capciosamente mais a fins políticos de extorsão do que a ideais evangélicos de elevação moral dos selvícolas.

Entretanto, e não obstante as grandes maquinações estrangeiras de toda a ordem, os portugueses negros dão mostras do seu civismo. É que desde os

primeiros tempos, embora com altos e baixos, sempre se distinguiram por uma espiritualidade mais alta as nossas missões religiosas ou laicas em prol da civilização e também da cultura intelectual dos indígenas.

E não cometeremos nós a injustiça de deixar de prestar a nossa comovida e reconhecida homenagem àqueles dos missionários estrangeiros que, movidos por um espírito desinteressadamente evangélico, têm revelado a mesma isenção moral de que temos dado tão constantes provas desde os primeiros encontros.

## ENSINO ESCOLAR

Da África trouxemos os selvícolas a educar nos nossos colégios, particularmente no de Santo Elói, que foi, como tivemos ensejo de provar numa das nossas obras, a grande escola de cultura e portuguesismo para os magnates dos povos das descobertas tanto da Ásia como da África. E ainda no tempo do Infante D. Henrique procurámos tornar os indígenas aptos para regressarem à África negra a exercerem a obra de civilização entre os seus conterrâneos.

Por todo o Manicongo, desde os centros populacionais do litoral até 90 léguas no interior dos sertões, se abriram inúmeras escolas. Não só ordenámos os primeiros sacerdotes africanos, mas, ainda em 1518, a quatro séculos e meio de distância, consegue D. Manuel, ao cabo de cinco anos de resistência da cúria romana, fazer sagrar Bispo de Útica o primeiro prelado negro do Mundo. Levados por Portugal a ajoelhar aos pés de Cristo, ele e os padres do Manicongo, repetiam pela primeira vez e a 16 séculos de distância, a genuflexão de Gaspar, o antepassado Rei Negro, entre os iluminados Magos do Oriente.

Também na África era impossível exercer a larga acção cultural que desde o início se estabeleceu na Índia, criando ali a primeira universidade do Oriente, a universidade mais cosmopolita do Mundo, frequentada por alunos de toda a Ásia, até aos confins do Japão e até por europeus, entre os quais se falavam, em 1580, pelo menos 16 línguas orientais! E devemos frisar que todo este ensino universitário era, tal como o das inúmeras escolas e colégios, inteiramente gratuito!

Através da imprensa que revelámos a todos os continentes fora da Europa, ensinámos o alfabeto latino a todos os povos do Oriente. Escrevemos as primeiras gramáticas das suas línguas. Por toda a parte, na Abissínia, na Pérsia, no Grão-Mogol, por toda a Índia e na Insulíndia, onde António Galvão — o grande sábio, grande Capitão e o maior dos missionários laicos, funda em Ternate, para os malaios, o primeiro Seminário de toda a Indonésia — existem escolas e colégios onde, além da instrução literária, se ministra o ensino da música, da arte e dos mesteres.

Cria-se na talha, na escultura, na pintura e na tapeçaria uma arte indo-portuguesa.

Mais para o Oriente, e em meios mais adiantados como na China, ensinam-se as matérias superiores, a cartografia e a mecânica celeste. Corrigem-se os erros, ensinam-se aos astrónomos os progressos da astronomia e dirigem-se durante séculos os seus observatórios astronómicos.

Funda-se em Macau um Centro de Estudos Superiores que, não atingindo o desenvolvimento excepcional da Universidade de Goa, não deixou de conferir o grau de Mestre em Artes equiparando-se no ensino que ministrava com as universidades europeias.

Mais larga e variada é a actividade cultural no Japão onde largamente se ensina a astronomia, a cartografia e a arte de marear.

Ali se fundam escolas e colégios de todos os graus de ensino, e a primeira escola Médico-Cirúrgica do Japão que junta com a de Goa representam as duas primeiras escolas de Medicina e de Farmácia de toda a Ásia. Desenvolvem-se as artes industriais com o ensino do fabrico do vidro e da pólvora. O florescimento da cultura portuguesa do Japão atinge o mais alto nível irradiando de Nangasaki totalmente edificada pelos portugueses.

Pela primeira vez se revela aos nipónicos a arte da gravura em cobre e se ensinam Belas-Artes dando lugar à primeira influência europeia nas artes do Extremo-Oriente que gera entre os artistas dos Dai-Nipon o estilo luso-nipónico.

E para além dos ensinos de base literária e artística, não esqueçamos o ensino dos mesteres desde a Etiópia onde ensinámos todos os ofícios e as artes de construção até à Índia onde ministrámos, além de tudo o mais, o ensino e a prática da agronomia.

Acabámos de fazer a mais resumida condensação que nos foi possível da larga acção de cultura científica e técnica por nós realizada, e que bem merece como o fizemos no título de um dos nossos trabalhos que de direito se atribua a Portugal o grande perceptorado do Oriente («*Portugal e o Perceptorado do Oriente*», conferência realizada no Curso de Férias da Faculdade de Letras de Lisboa).

Não poderemos deixar de mencionar um pouco mais pormenorizadamente, embora muito de fugida, a Escola Arícola de Taná, a mais extraordinária obra de cultura dedicada às classes mais abandonadas e tão notável pelo seu carácter de ensino técnico como pelo seu extraordinário significado de amor cristão pelos pobres da ínfima classe social.

É esta a mais comovente e expressiva demonstração da nossa cristianíssima actividade assistencial e civilizadora. E a mais difícil pois que em toda a Índia a oposição hierárquica das castas conduzia à mais desumana e bárbara das atitudes humanas. As castas privilegiadas sentiam-se empestadas com a presença dos párias. Não lhes bastava serem intocáveis. Impunha-se-lhes que

fossem invisíveis! E esta bárbara distinção ainda hoje persiste entre as 4800 categorias e os 6 milhões de intocáveis em que se dividem os súbditos dos pretensos democratas usurpadores do único Estado da Índia onde se não fazia discriminação racial — o Estado Português!

É ali que o P.e Melchior Gonçalves com alguns confrades da Companhia de Jesus começa a tomar conta das crianças que os próprios pais destinavam a ser vendidas, livrando-as assim de uma vida de escravos para as recolher e educar num colégio destinado ao Ensino Agrícola e Mesteres, que lhes permitia educarem-se e viverem fora da proximidade aflitiva das castas privilegiadas.

Logo de princípio abriram a escola com 500 alunos que dentro em breve subiam a 3000!

Estávamos em 1551. E dizer-se que ainda hoje a escravatura subsiste no mundo afro-asiático, aquele mundo de irresponsáveis depravados morais em cuja companhia se ficou isolado do resto da Europa, o representante do Vaticano, a exigir a expulsão da nação fidelíssima dum Congresso de Telecomunicações, a que os africanos podiam levar a especialidade selvícola das telecomunicações... pelo tambor! Limitamo-nos a dizer como o nosso Frei Alexandre da Paixão: — *Monstruosidades do tempo e da Fortuna!*

## A HISTÓRIA — ALICERCE DO FUTURO

Continuando o rumo do passado, seguiremos para o futuro com o coração posto nas mãos de Deus e a fé nos altos destinos da Pátria Portuguesa, que no decorrer da História viu afogarem-se já, sob as águas transparentes da verdade, muitas incompreensões ou atitudes incompreensíveis.

Nesta breve exposição das bases históricas e morais da unidade espiritual do Mundo Português tivemos apenas em vista fortalecer a consciência de todos os portugueses de Aquém e de Além-Mar, da alta dignidade duma nobre etnia que nos explica, não só a unidade plurirracial da alma lusíada nas diversas províncias ultramarinas, mas ainda o orgulho de termos formado com o nosso sangue e com a nossa alma a grande Nação Brasileira.

É que em boa verdade ridículo se tornaria o reunirmo-nos em volta do primeiro lar para nos quedarmos estáticos de olhos postos no que lá vai, sem recebermos das gerações pretéritas o estímulo e o mandato que se contém no seu prodigioso exemplo.

De nada valeria evocarmos o passado sem termos os olhos enèrgicamente postos no futuro. E esse passado revivificador é a história dum pequeno povo que mais do que nenhum outro alargou as fronteiras do Mundo semeando ilhas, desvendendo arquipélagos e continentes novos, para espalhar por toda a parte

a sua energia criadora, multiplicando a Pátria, devassando terras, procriando raças, propagando e eternizando o sangue e o espírito da grei.

A continuação dessa história — e isto devemos impô-lo à nossa consciência — cumpre que seja escrita por todos nós. E deveremos também tomar plena consciência de que em nossos dias o estamos realmente fazendo!

Que novos episódios de assombro e de nergia andam a escrever os nossos soldados perante os olhos espantados e surpreendidos dum mundo transviado, esquecido do valor energético da dignidade e da moral, de há muito desprezadas pela civilização egoísta duma obstinação estreitamente económica!

E continuamos a juntar-lhe novos períodos todos nós por toda a parte, nas comunidades lusíadas de aquém e além-mar, pois como ensina Mouzinho, soldados não são apenas os que defendem a Pátria nos campos de batalha mas podem também orgulhar-se de o ser todos os que servem a causa pública trabalhando abnegadamente com o sentido moral e bem comum.

São estas virtudes que dão aos diversos núcleos mais ou menos dispersos pelas sete partidas do Mundo um carácter particularmente português na fidelidade às básicas virtudes familiares, no nobre orgulho da Pátria, na formação moral e cívica imanente, na disciplina e no amor pelo trabalho. E se nem todos podem atingir o alto nível económico, social e intelectual a que puderam ascender os que vieram participar neste Congresso, não deixam os menos afortunados de merecer nos países distantes o respeito, que não lhes pode ser negado, pela honestidade do seu trabalho, pela consciência do seu civismo e pela solidez da sua estrutura moral que é a riqueza mais alta dos humildes.

Que neste Congresso cada um dos participantes vindos de longes terras, ao respirar o ar da Pátria, sinta infiltrar-se-lhe no espírito a alma dos antepassados que repousam na terra que eles ajudaram a criar e a engrandecer na defesa ou no trato amoroso e árduo das suas leivas.

Que ao pisar o chão sagrado pelo amor e dor de seus avós sintam o frémito da energia de tantas gerações a penetrar-lhes o corpo, tal como as forças telúricas se transfundiam no corpo de Anteu, filho da Terra, de cada vez que nela assentava as pontas de seus pés.

E que no seu regresso possam levar às suas e nossas comunidades, ainda mais revivescida, a flama do espírito lusíada ,transmitindo-lhe o facho olímpico da grei a iluminar-lhes as almas no sentimento vibratilizador da saudade heróica e viril da Terra-Mater, e a transmitir-lhes o calor da fé inquebrantável na grandeza do Futuro.

# SUMMARY

## HISTORICAL, HUMANISTIC AND SCIENTIFIC ROOTS OF THE SPIRITUAL UNITY OF THE PORTUGUESE WORLD

The author, Américo Cortês Pinto, shows what is constant and profound in the spiritual communication of the «Lusitanidade», uniting all the souls of the great space of the Portuguese World, maintaining that nothing great exists today without roots in the past.

He analyses the portuguese overseas social history coordinating facts along the time and space, connecting them with the peninsular mission of civilization of ignored lands, showing the differences between the Luso-hispanic concept and the British system of colonization (only the former could establish a human contact with the natives); he passes in review what happened in the British colonies, mentioning the hunts of natives, the hate spread in the new lands occupied by non-latin peoples.

Studying the characteristic plasticity of the portuguese settler, he quotes the brazilian writer Gilberto Freyre, when affirming that «the portuguese people has been the most christian of the modern settlers, in their relations with people considered inferior; the most sympathetic of them all».

In a brief synthesis, the author points out the causes of the Portuguese expansion in the world, as follows:

1st. Human sympathy presiding to all relations;

2nd. Miscigenation in a moral, familiar sense;

3rd. Cultural communication;

4th. Feeling of love and pride towards the Country of origin.

Further on the author stresses the protection of the natives in portuguese territories, through all periods of History, citing several regulations which as a rule punished the abuses, protecting christians and infidels in the same manner. As a matter of fact the «misericordias» created by D. Leonor, soon spread the ideals of virtue and love through the new territories from Africa to Japan, India, China, Brazil. The «misericórdias» helped the Portuguese to settle in foreign lands still more than diplomatic agreements.

The paper deals through some pages, with the miscigenation as a factor contributing to the perenity of the Portuguese people in the world, showing how the human simpathy of the settlers in Africa, Asia and America has been, for centuries, the typical example of our natural disposition. «It was love for the indian woman and for the coloured son which helped many patriarchs of the portuguese colonization in Brazil to settle in the wild land», is a quotation of Gilberto Freyre, so often referred, to prove that the pioneers could not see the body of a woman either asian, brazilian or african without feeling at the same time the existence of a soul.

Well, it was not enough to make *much christeandom* but, for the first time with King D. Manuel is put in practice the policy of *much portugaldom*, that is to say, for the first time in the world the problem of miscigenation rises under its conscient, moral, intelectual and scientific aspects.

D. João III followed this same policy in India to such an extent that 8000 brides went from Portugal to settle there and organize their homes.

The last part of his paper refers to the actuality in Africa, mentioning the incapacity of some chiefs of new nations whose wild inferiority bursts through the thin layers of culture.

Referring to education, he mentions the many natives brought to study in Portugal since D. Manuel, from the Manicongo; there we opened many schools and ordained the first priests, printed the first grammars, expressing our christian activity.

Carrying along the past we shall pursue into the future being faithful to our basic familiar virtues. The author finishes is paper addressing the congressists gathered in Lisbon, asking them to take back to their communities in foreign countries a little of the warmth and faith of the Congress.